

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral (financeiro, planejamento e novos negócios), Marcelo Benez (comercial) e Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Abalo na infância

Pandemia reduz matrículas na educação infantil, etapa crucial para o combate a desigualdades

A epidemia e suas sequelas socioeconômicas tiraram mais de 653 mil crianças pequenas da escola. Em 2021, o número de matrículas de alunos de até 5 anos caiu 7,3% em relação a 2019. Foi a informação que mais chamou a atenção no Censo Escolar, e não por menos.

Creches e pré-escolas estão entre os problemas sociais mais urgentes. Ainda assim, as estatísticas ressaltam também deficiências e desigualdades crônicas.

O número de matriculados no ensino fundamental também caiu. Trata-se, entretanto, de fenômeno de mais de meia década, em boa parte relacionado à diminuição da população de 6 a 14 anos. No caso da educação infantil, observa-se situação mais precária.

Apenas 35,6% das crianças frequentam creches, pelo dado mais recente, de 2019; no caso das crianças de 4 e 5 anos (pré-escola, de matrícula obrigatória), são 93%.

A educação infantil é uma fase crítica de preparação para o ensino fundamental. Reduz desigualdades entre filhos de famílias com poucos recursos culturais e socioeconômicos e aquelas na pobreza.

Pode proporcionar um ambiente protegido e estimulante para os filhos de quem precisa trabalhar e não conta com cuidadores. É nessa etapa, ademais, que se registra a maior desigualdade de acesso entre brancos e pretos ou pardos. São assuntos que deveriam estar

no centro do debate social.

O censo evidencia ainda a disparidade de recursos educacionais (acesso à internet, computadores para estudantes, bibliotecas etc.) entre as regiões do país. No Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, a internet é utilizada no ensino em pelo menos 72% das escolas; no Nordeste, em 36,3%, e no Norte, em 22,3%.

É também grande a disparidade de acesso a ensino integral entre os diversos estados, iniquidade raramente relacionada à renda de cada unidade da Federação.

O nível de formação dos professores tem aumentado, mas ainda faltam docentes especializados em todas as disciplinas. Em matemática, os professores sem formação na área ou grau superior são 25,8% daqueles que lecionam a disciplina no ensino fundamental inicial (até 05º ano) e 19,4% no ensino médio.

Ainda é chocante o número de estudantes que não está na série adequada à sua idade, resultado de repetências e abandonos. A distorção série-idade no 9º ano é de 25,5% no caso do sexo masculino e de 17,7% no feminino. Na 3ª série do ensino médio, de 27,1% e de 22,1%, respectivamente.

Educação infantil, teste escolar ou ensino ineficiente são temas centrais da pobreza e da desigualdade. Nas acirradas polêmicas nacionais ou entre candidatos ao poder, o assunto ainda não foi objeto de toda a atenção necessária.

Sinais de trégua

OMS constata alívio da Covid-19 na Europa, mas não se descarta novas variantes do vírus

A Organização Mundial da Saúde avalia que a variante ômicron do Sars-CoV-2 estaria propiciando "trégua que pode trazer uma paz duradoura" na pandemia. O vírus não cautelosamente otimista partiu de Hans Kluge, membro da divisão europeia da entidade.

Após dois anos, com efeito, cautela é o que mais se recomenda em prognósticos sobre Covid-19, seja no plano individual, seja no epidemiológico. O coronavírus já surpreendeu o mundo mais de uma vez, quase sempre com más novas.

Destaque, há sinais benignos em vista na Europa. O continente conta com três quartos da população vacinada com uma primeira dose e mais de 45% já com a de reforço.

Com a aproximação do fim do inverno e tanta gente imunizada, é de prever que o número de infecções comece a recuar. Isso apesar de a ômicron ser muito mais transmissível que a antecessora, a delta, mas com a vantagem de ocasionar menos hospitalizações e mortes.

Reconhecer uma evolução benéfica, entretanto, não autoriza relaxar por completo medidas de contenção do vírus, como ensaiam algumas nações europeias. Apenas dois dias antes, outros dirigentes da OMS haviam alertado para o risco de afrouxar demais ou rapida-

mente as restrições.

"Mas transmissão significa mais mortes. Não estamos pedindo um retorno a lockdowns, mas que protejam seu povo usando todos os recursos disponíveis, não só vacinas", dissera o diretor-geral, Tedros Adhanom Gebreyesus.

O Brasil oferece exemplo alarmante do dano causado pela ômicron, que sob esse prisma nada tem de leve: a presente explosão de casos devolveu a média móvel de mortes por Covid a patamares inaceitáveis, na casa de 700 óbitos diários. Isso embora o país ostente percentuais de vacinação parecidos com os europeus.

Cabe assinalar que trégua não implica vitória. Maior circulação do coronavírus favorece a ocorrência de mutações como as que originaram as variantes ômicron e beta na África do Sul, delta na Índia e gama no Brasil.

A acelerada reprodução da ômicron em organismos humanos já engendrou um subtipo, BA.2, que parece ainda mais transmissível.

Nada disso é novidade para virologistas e epidemiologistas. No melhor cenário, a Covid se tornaria uma moléstia sazonal, controlável com imunização periódica da população, mas não se conhece ainda o suficiente do Sars-CoV-2.



Bloquear o Telegram é boa ideia?

Hélio Schwartzman

O Brasil deve bloquear o Telegram? É tentador enamorar-se dessa tese, considerando que o aplicativo se recusa até a conversar com a Justiça Eleitoral sobre medidas para reduzir as fake news, que parecem beneficiar desproporcionalmente a extrema direita. Mas a pergunta mais relevante talvez seja outra. É bom ou mau que existam ferramentas de comunicação interpessoal que não estejam sob controle das autoridades de um país?

A resposta é contextual. A maioria de nós corretamente torce o nariz para mentiras deslavadas, em especial quando se acredita que elas podem influir no resultado de eleições. A maioria de nós, contudo, também aplaudiu os jovens que foram às praças para tentar derrubar ditaduras durante a Primavera Árabe, o que só foi possível porque os governos locais não tinham controle sobre as comunicações na internet. A Primavera Árabe se revelou depois um fiasco, mas isso não altera a tese de que há situações em que é bom que a rede seja um ter-

ritório avesso a controles.

Devemos, muito pragmaticamente, tentar resolver nosso problema presente, que são as "fake news", ou devemos, vestindo o véu da ignorância rawlsiana, optar por uma posição mais universalista e principista de defesa da liberdade que as pessoas devem ter de acessar qualquer site ou app do planeta? O dilema é difícil mesmo.

O Partido Democrata americano passou por algo análogo há poucos dias, quando teve de decidir sobre o "filibuster", um mecanismo que permite a minoria dos senadores obstruir votações quase indefinidamente. Os republicanos usaram esse instrumento para impedir a aprovação de um projeto de lei federal que ampliaria o direito de voto. Dois senadores democratas, contudo, foram contra alterar as regras do "filibuster", lembrando que haverá eleições no fim do ano e é provável que os democratas se tornem a minoria da casa.

Devemos só fazer as perguntas fáceis ou também as difíceis?

helio@uol.com.br

Rio, 40 graus de barbárie

Cristina Serra

O bárbaro assassinato de Moisés Kagambé faz a ponte entre dois fracassos civilizacionais. Aperta o nó entre Brasil e Congo, enredados há séculos na violência escravista que moldou os dois países. Atualiza a encruzilhada em que a selvageria se impõe e a humanidade se esvai no precipício.

Moisés e sua família fugiram da guerra e da fome, mas depositaram suas esperanças na cidade errada. No Rio de Janeiro, a bestialidade se alastra como metástase, por fora e por dentro do aparelho de Estado. Indícios apontam o envolvimento de milicianos e seu bate-paus no suplício do refugiado congolês.

Na sua gênese, essas máfias impunham a lei do mais forte em lugares esquecidos, inclusive (ou principalmente) pelas autoridades. O tumor foi cevado, as células cancerígenas se desprenderam do foco original e chegaram às areias do cartão postal. Já se nota um padrão: Moisés é a terceira pessoa morta por espancamento em menos de um mês na orla da Barra da Tijuca.

Um policial militar "opera" irregularmente o quiosque onde Moisés trabalhava em troca de migalhas; a família do rapaz diz ter sido intimidada por dois PMs; uma testemunha da execução conta ter pedido ajuda a dois guardas municipais, que a ignoraram. A polícia levou mais de uma semana para prender os criminosos, mesmo tempo que demorou para o quiosque do crime ser interditado.

Prefeito e governador só se manifestaram quando já pegava mal ficar calado. Autoridades federais continuam em silêncio, ainda que a tragédia tenha ocorrido na rua onde o presidente da República tem uma casa. Talvez por isso mesmo.

No livro "Coração das Trevas", de Joseph Conrad, sobre a brutalidade colonial no Congo sob domínio belga, tornou-se célebre a frase de um personagem para definir as atrocidades que presenciou contra os congolezes: "O horror, o horror...". A expressão se encaixa de maneira trágica no martírio de Moisés e no caso do Rio de Janeiro e o Brasil se transformaram: "O horror, o horror...".

A maloca do Oscarito

Alvaro Costa e Silva

Chanchada de 1948 dirigida por José Carlos Burle. "É com Este que Eu Vou" abre com a visão do antigo Ministério da Fazenda, que ocupa um quarteirão da avenida Antônio Carlos com seu pórtico de mármore e colunas de 10 metros de altura. Alheio à impopularidade, o mendigo Oscarito dorme tranquilamente, inquilino de uma das janelas laterais do edifício, até ser sacudido pelo companheiro Lamparina (Grand Otello) trazendo a notícia de que ele ficara rico: "Acorda!".

Hoje, quando o Centro do Rio vive tomado por moradores de rua que se ajeitam em qualquer canto, a maloca de Oscarito desfrutaria o status de suíte presidencial dos sem-teto. Mas ninguém mais dorme ali. O prédio da Fazenda, símbolo da Era Vargas, está em reforma há 10 anos, coberto por tapumes duplamente providenciados de que um pedaço de granta e outro deles caiu da fachada.

Em ritmo lento, quase parando, a obra, que mais parece de igreja, consumiu R\$ 11,8 milhões e está longe

de terminar. Para manter os 14 andares (167 mil metros quadrados) e a vista espetacular da baía de Guanabara, o custo é de R\$ 150 mil por mês. Ao contrário do Palácio Capaema, ex-sede do Ministério de Educação e Saúde, o edifício em estilo neoclássico-fascista não entrou no feirão do ministro Paulo Guedes, que ofereceu 2.000 imóveis da União localizados no Rio à iniciativa privada.

Quem supervisiona a reforma são técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Deve ser a única coisa que está funcionando no Iphan, transformado em órgão fantoche de bolsoneiros. A atual presidente é formada em turismo. O desmonte é feito às claras — conselho consultivo extinto, menor orçamento desde 2018, ausência de editais — e assumido orgulhosamente por Bolsonaro: "Rípe! todo mundo".

Pelo jeito, os mármores do velho ministério não entram na categoria "cozinhos petrificados de índio". Os Oscaritos do futuro agradecem.

Isolados sob ataque

Tzai Surui

Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé e do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia

Quebradas (galhos de árvores torcidos de forma que só os isolados torcidos fazem), pegadas e uma pessoa correu sem dar tempo para que o identificassem. É o relato dos jupatús, mais conhecidos como uru-eu-wau-waus, na semana passada, do que eles viveram enquanto andavam no mato durante a coleta de castanha. Relato dos que eles supõem ser os que eles chamam de "baixinhos".

O Brasil tem, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), 114 registros de povos vivendo em isolamento voluntário; desses, 28 estão confirmados e, em relação aos outros 86, estão sendo feitos levantamentos sobre as áreas que ocupam.

O estado de Rondônia possui oito povos nessa situação; destes, quatro estão na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau. Por isso a preocupação dos jupatús, que constantemente vêm denunciando a situação do seu território, que vem sofrendo com invasões, desmatamento e queimadas por grileiros, que colocam em risco a vida dos indígenas, podendo contaminá-los com Covid e gripe.

Mas essa não é uma realidade de apenas dois jupatús. A situação dos indígenas isolados se agrava ainda mais quando a Funai articula, através de um esquema criminoso com o senador bolsoneiro Zequinha Maranhão (PSC-PA), a abertura da Terra Indígena Ituna-Itatá, que teve sua portaria de restrição renovada por apenas seis meses, após pressão e decisão da Justiça Federal do Pará. Essas portarias garantem a sobrevivência dos povos isolados até a conclusão dos processos de reconhecimento e demarcação. Outras terras, como a Piripikura e a Jacareúba/Katawixi, aguardam desde dezembro a renovação da portaria. Enquanto isso, a vida desses indígenas corre risco.

De volta a Rondônia, a Terra Indígena Massaco, onde vivem indígenas isolados, está sob intensa pressão e desmatamento, segundo dados do Boletim Anual do Sistema de Alerta de Desmatamento em Terras Indígenas com Registro de Povos Isolados (SIRAD), desenvolvido pelo Instituto Socioambiental (ISA), que demonstrou um aumento no desmatamento de 263% em relação a 2020. Para escancarar ainda mais o extermínio próximo que ameaça esses povos, a Funai há cinco meses vem ignorando o pedido de proteção dos povos isolados do Mamoriá Grande, recém-localizados nas proximidades do rio Purus. Foi confirmado pela própria Frente de Proteção Etnoambiental Madeira Purus do órgão.

O Brasil, que antes era referência na política de respeito à autodeterminação dos povos, hoje pratica uma política ambientalista e anti-indigenista e coloca esses povos à beira do genocídio.

A extinção desses povos significa um ataque contra a humanidade. Não podemos permitir que isso aconteça.